

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2023

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2023 PARA CREDENCIAMENTO DE VAGAS PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE BANHO PARA CÃES E OUTROS ANIMAIS DOMÉSTICOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE.

PREÂMBULO

O Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, por meio da Secretaria de Turismo, torna público, nos termos da Lei nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 6.665/2021, que estão abertas as inscrições para **CREDENCIAMENTO DE VAGAS PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE BANHO PARA CÃES E OUTROS ANIMAIS DOMÉSTICOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE**, mediante as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

Recebimento das propostas até: 13/09/2023 ÀS 08:30 HORAS
Início da sessão: 13/09/2023 ÀS 09:00 HORAS

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o presente Edital credenciamento e chamamento tem por objeto a instalação de equipamento de banho para cães e outros animais domésticos de pequeno e médio porte, o qual deverá seguir as normas deste edital, nos locais públicos: Parques Municipais (Parque Oriental e Parque Luíz Carlos Grecco) e Paço Municipal, tipo autosserviço, ônus ao munícipe que utilizar o serviço, tratando-se de serviço oneroso, com permissão de uso acessível de no máximo **R\$20,00 (vinte reais)**, nos termos das especificações constantes neste Edital.

1.2. O interessado deverá dispor de no mínimo 03 (três) equipamentos para melhor atendimento à população.

1.3. O presente Chamamento formaliza o recebimento de propostas de parceria entre empresas da iniciativa privada e a Secretaria de Turismo, nos termos da Lei Municipal nº 6.665, de 27 de outubro de 2021.

2. DO EQUIPAMENTO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

2.1. Equipamento específico para lavar e secar animais domésticos de pequeno e médio porte (cães e gatos) na modalidade autosserviço, através de mecanismo automatizado a ser realizado pelo proprietário do animal, sem a necessidade de conhecimentos específicos.

2.2. O equipamento deverá conter estrutura metálica de aço carbono, base lateral do mesmo material com tampo de aço inox onde será efetuada a lavagem do animal. Em sua parte frontal e na lateral devera existir uma proteção de vidro temperado contra respingos e que possibilite a visão interna. Na outra lateral terá uma porta de acesso para o animal.

2.3. A lavagem do animal deverá se dar de forma automatizada, através de comando lógico, programável e elétrico mediante o acionamento de botões para o início da lavagem e sua interrupção, que oferece as opções de pagamento via cartão de credito, debito. O equipamento conterá ducha manual apropriado qual deverá liberar água em quantidade suficiente para o banho, em temperatura morna. Deverá conter ainda equipamento adequado para a liberação automática de shampoo e condicionador para aplicação no animal. No mesmo equipamento deverá estar instalado soprador/secador de alto rendimento para a secagem do animal. Tal procedimento não poderá ultrapassar 10 (dez) minutos.

2.4. Após a lavagem do animal, o equipamento deverá ser higienizado de forma automática para que outro animal seja colocado no equipamento para se efetuar novo ciclo.

2.5. O equipamento deverá ser acoplado a rede de água para sua alimentação e de esgoto para o descarte do material, devendo ser observada a questão referente a higiene quanta aos excrementos e pelos dos animais, bem como sua destinação final, os quais não poderão ser descartados de forma irregular na rede de esgoto, devendo o equipamento ser provido de mecanismo adequado que impeça a eliminação direta na rede de esgoto.

2.6. A municipalidade fornecerá a energia elétrica, água e esgoto para o melhor desempenho do equipamento. Para tanto, não poderá haver um consumo médio superior a 0,91 Kw/h de energia elétrica e 38(trinta e oito) litros de água por banho.

2.7. O espaço a ser utilizado por equipamento não poderá exceder a 8 m² (oito metros quadrados).

2.8. O permissionário deverá fornecer shampoo e condicionador adequados e próprios para a lavagem dos animais, devendo os produtos serem hipoalergênicos e biodegradáveis.

2.9. Os locais a serem instalados os equipamentos serão designados pela Municipalidade, e deverão se dar em locais de grande acesso de pessoas visando o bem estar da população.

2.10. Ao permissionário fica facultado vender espaço publicitário a ser lançado no seu próprio equipamento.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

2.11. Quando da desocupação e desinstalação do equipamento, o permissionário deverá entregar o local limpo, livre e desimpedido de móveis e pessoas.

3. DAS CONDIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderá se inscrever toda e qualquer empresa legalmente estabelecida no Estado de São Paulo, que atenda às exigências contidas neste Chamamento.

3.2. Não poderão participar deste Chamamento:

3.2.1. Pessoa Jurídica em débito fiscal com a Fazenda Municipal.

3.2.2. Empresas suspensas temporariamente do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura.

3.2.3. Empresas relacionadas no banco de informações mantido pela Controladoria Geral da União como inidôneo para participar de licitações ou de contratar com a Administração Pública.

3.2.4. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.2.5. Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concursos de credores, insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Poderá se credenciar pessoas jurídicas de direito privado, cujo objeto social seja compatível ou microempreendedores individuais.

4.2. Os envelopes deverão ser entregues no Departamento de Licitação - COPEL, localizado na Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires - SP, Rua Miguel Prisco, 288 – Centro – CEP: 09400-110.

4.3. A Secretaria de Finanças e Administração, através da Comissão Permanente de Licitações - COPEL, juntamente com a Secretaria de Turismo – SETUR, serão responsáveis pelo processamento da presente convocação pública, atribuindo as mesmas, dentre outras atribuições, o exame da documentação exigida e das manifestações de interesse apresentadas, bem como das demais providências necessárias.

5. DOS PROCEDIMENTOS

5.1. Os documentos necessários para a participação do presente termo de referência, bem como as propostas de preços dos interessados, deverão estar em 02 (dois) envelopes fechados, mencionando-se exteriormente o nome do interessado, o número do processo que originou este Edital e o seu objeto.

5.1.1. Observado o prazo máximo definido neste instrumento, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

5.1.1. Envelope 01 – Documentos – Habilitação

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

5.1.1.1. Os documentos necessários para habilitação dos interessados deverão ser apresentados em envelopes fechados, consignando em caracteres legíveis, o nome e a qualificação da empresa e a seguinte indicação:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
CHAMADA PÚBLICA N.º 006/2023
ENVELOPE 01 – “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”
DATA DE ABERTURA 13/09/2023
NOME DO INTERESSADO OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

5.1.1.2. Os documentos deverão ser apresentados ordenadamente, por item da habilitação, de modo a facilitar sua análise, são os seguintes:

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJ), se o caso;
- b) Cédula de identidade do participante pessoa física ou do sócio da empresa participante;
- c) Cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do participante pessoa física ou do sócio da empresa participante;
- d) Certidão Negativa, ou positiva com efeito negativa de execução patrimonial que deverá ser obtida junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Tribunal Regional Federal da 3ª Região;
- e) Certidão Negativa, ou positiva com efeito de negativa, de Débitos Trabalhistas expedidas pela Justiça do Trabalho - CNDT - do participante seja pessoa física ou jurídica;
- f) Certidão conjunta negativa ou positiva com efeito de negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), seja pessoa física ou jurídica;
- g) Declaração do interessado de que tem pleno conhecimento do local em que se desenvolverão os serviços e de todas as condições e eventuais dificuldades para execução dos serviços objeto deste Edital de manifestação de interesse, e que tem condições de oferecer o equipamento num prazo de 15(quinze) dias, contados da assinatura do Termo de Contrato.
- h) Os documentos deverão em cópias legíveis.

5.1.2. Envelope 02 – Proposta de Preços

5.1.2.1. As empresas, além da documentação acima exigida, deverão apresentar proposta emitida por processo de informatização em UMA ÚNICA VIA, devidamente assinada pelo (s) responsável (is) escritas numa só face de cada folha, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, onde indicará:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
CHAMADA PÚBLICA N.º 006/2023
ENVELOPE 02 – “PROPOSTA COMERCIAL”
DATA DE ABERTURA 13/09/2023
NOME DO INTERESSADO/ RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA PARTICIPANTE

5.1.2.1. A PROPOSTA DE PREÇO conterá obrigatoriamente:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

a) Considerando que a prestação de serviços (permissão de uso) é a título oneroso, o valor mensal a ser pago ao Município será de no mínimo R\$ 260,88 (duzentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos), pelo espaço público de 8,00 m² para cada equipamento.

b) O valor supra se refere a instalação de 01 (um) equipamento previsto neste Edital. Para a instalação de 03 equipamentos, o valor será de R\$ 782,64 (setecentos e oitenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

Observação: o espaço público de 1,00 m² equivale ao valor de R\$ 32,61 (trinta e dois reais e sessenta centavos).

6. DO JULGAMENTO

6.1. Os documentos serão analisados pelos membros da COPEL e técnicos da SETUR da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, sito à Rua Miguel Prisco, n.º 288 – Centro – Ribeirão Pires – São Paulo.

6.2. Será declarada vencedora quem apresentar a maior oferta de acordo com a proposta.

6.3. Havendo empate na apresentação das propostas, a preferência será para a empresa instalada em Ribeirão Pires/SP.

6.4. Persistindo o empate, será realizado sorteio.

7. DA PERMISSÃO DE USO

7.1. A fiscalização será exercida pela Secretaria de Turismo, que acompanhará a execução da permissão de uso.

7.2. O Permissionário deverá realizar manutenção, limpeza e conservação do entorno do local a ser utilizado;

7.3. Emitir parecer técnico exclusivo de análise de prestação de contas.

7.4. O município revogará o contrato de permissão de uso no caso de reincidência no descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Edital.

7.4.1. Não estar devidamente instalado e apto para a finalidade a que foi submetido, dentro do prazo estipulado deste termo de referência;

7.4.2. Não salde seus compromissos com a Prefeitura três meses consecutivos.

7.4.3. Conserve o equipamento desligado por mais de 05 (cinco) dias, sem motivo de força maior, devidamente comprovado a juízo da Administração.

7.4.4. Mude de ramo de negócio sem autorização do Município;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

7.4.5. Não manter o local de instalação do equipamento em bom estado de conservação e higiene, obedecidas as exigências higiênico-sanitária previstas na legislação vigente.

7.4.6. Transfira a responsabilidade dos equipamentos a terceiros, sem previa e expressa autorização do Executivo.

7.4.7. Manter-se no estabelecimento com doença contagiosa, constatada por laudo médico.

7.4.8. Descumprir as cláusulas deste Edital de Credenciamento e/ou Termo de Compromisso.

8. DA EXECUÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO

8.1. A área a ser utilizada será 8,00 m² por equipamento/espço público.

8.2. O horário de funcionamento das atividades previstas será nos dias e horários previamente determinados pela administração municipal, a critério da Secretaria de Turismo.

8.3. O permissionário deverá, obrigatoriamente, promover a instalação do equipamento de banho para cachorro e outros animais domésticos, o qual deverá seguir as normas e especificações deste edital.

8.4. O permissionário deverá observar ainda o seguinte:

8.4.1. As áreas ocupadas deverão ser mantidas em estado satisfatório de higiene, varridas e limpas, incluindo-se também a testada das mesmas, observando-se inclusive a questão referente à higiene quanto aos excrementos e pelos dos animais, bem como sua destinação final, os quais não poderão ser descartados de forma irregular na rede de esgoto, devendo o equipamento ser provido de mecanismo adequado que impeça a eliminação direta na rede de esgoto, cabendo ainda ao permissionário a observação as questões atinentes a segurança das pessoas e dos animais;

8.4.2. A remoção dos equipamentos e instalações dentro do prazo estabelecido pelo órgão municipal competente, sempre que se tornar necessário ou conveniente a execução de obras e serviços públicos, ou ocorrer qualquer evento que, a juízo da Administração Pública, tome aconselhável tal providencia.

8.4.3. A remoção dos equipamentos e instalações nos casos de revogação da permissão de uso, sob pena de recolhimento ao depósito municipal e pagamento do preço público de armazenamento.

8.4.4. O pagamento regular do preço público referente a utilização da área pública.

8.4.5. As determinações e instruções da fiscalização deverão ser rigorosamente acatadas, observando, para com o público, as normas de boa educação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

8.4.6. Deverão ser observados os horários determinados para o início e encerramento das atividades, devendo o local estar desimpedido no horário estabelecido.

8.4.7. O permissionário deverá estar, pessoalmente ou representado por preposto, junta a instalação do equipamento.

8.4.8. As áreas deverão ser devidamente aparelhadas, de acordo com as atividades exercidas, as expensas do permissionário, inclusive sua manutenção.

8.4.9. O permissionário deverá atender todas as normas de metrologia legal, inclusive aferindo os instrumentos de pesos e medidas anualmente ou em conformidade com os prazos estipulados pelo órgão competente.

8.5. Fica proibido ao permissionário:

8.5.1. Ceder, transferir, arrendar ou vender a permissão de uso das áreas, no todo ou em parte;

8.5.2. Depositar quaisquer objetos ou mercadorias em arruamentos ou dependurá-los do lado de fora das áreas;

8.5.3. Ocultar ou recusar vender mercadorias que possua;

8.5.4. Praticar ou permitir a prática nas áreas de qualquer tipo de jogo ou sorteio, ainda que tolerada pela autoridade policial;

8.5.5. Faltar, salvo por motivo de doença ou força maior, fato este que deverá ser comprovadamente justificado no prazo máximo de 05 (cinco) dias;

8.5.6. Nenhuma benfeitoria, reparo ou instalação de aparelhos poderá ser feita nas áreas, sem autorização escrita da administração.

8.5.7. Quando autorizadas, as benfeitorias incorporam -se ao patrimônio municipal, sem direito a indenização, retirada ou retenção por parte do permissionário.

8.5.8. O permissionário que danificar passeios, muros ou qualquer bem público, na montagem ou desmontagem de seus equipamentos, será responsabilizado pelos danos cometidos.

9. DOS PAGAMENTOS

9.1. O valor inicial mensal da permissão foi definido de acordo com o Decreto Nº 6.863 de 13 de setembro de 2018, da ocupação de áreas públicas no valor de R\$ 32,61 o metro quadrado (m²).

9.2. O reajuste das tarifas será anual, com base no índice oficial utilizado pelo município.

9.3. A falta de pagamento da tarifa ou das despesas de obrigação da permissionária, por 03 (três) meses, implica na perda do direito de uso da loja.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

9.4. Ao final de cada mês do ano em exercício, a permissionária deverá repassar, a título de contrapartida sobre o valor do saldo líquido final para o FUMTUR – Fundo de Turismo de Ribeirão Pires, de acordo com a Lei Municipal Nº 6257 de 21/05/2018.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

10.1. Disponibilização de local apropriado, plano e cimentado, com medida de 3m x 3m, onde será instalado o equipamento de banho já descrito sob “quiosque” coberto, nos locais públicos, tais como Velas Pets, Praças, Parques ou outros locais de interesse da municipalidade;

10.2. Disponibilização de ponto de energia elétrica 220 V da rede pública, com um ponto de aterramento e dois disjuntores de 40 A.;

10.3. Disponibilização de um ponto de água da rede pública;

10.4. Disponibilização de um ponto de esgoto da rede pública para descarte do banho e higienização do equipamento.

10.5. Ficam aos técnicos, do Município, franqueadas vistorias periódicas para verificação do cumprimento das normas a serem estabelecidas nesta concessão.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO PERMISSIONÁRIO

11.1. A proponente pagará ao Município o preço mensal pela utilização do espaço público, o valor mínimo de R\$ 32,61 o metro quadrado (m²). Considerando que o equipamento será de 8 m², portanto, o valor determinado é de R\$260,88 (duzentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos) por equipamento.

11.2. O shampoo e bactericida serão fornecidos pelo proponente sem qualquer custo. Os insumos deverão ser devidamente certificados pelos órgãos competentes.

11.3. Cumprir com termos e especificações deste termo de referência.

12. DAS PENALIDADES

12.1. As advertências por meio de notificação.

12.2. Multa de 20% (vinte por cento) do preço ofertado e atualizado quando reincidência.

12.3. Pelo não cumprimento por parte do credenciado das obrigações assumidas por seu credenciamento ou por infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas as penalidades aqui previstas, de acordo com a gravidade da falta:

12.3.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para a Administração Municipal, para as quais tenha o conveniado

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

concorrido diretamente;

12.3.2. Advertência cumulada com reposição de prejuízos, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade, mas com prejuízo para a Administração Municipal, para as quais tenha o conveniado concorrido diretamente;

12.3.3. Descredenciamento quando reiteradamente descumprir alguma cláusula deste Edital com prejuízo para a Administração Municipal e com a concorrência do credenciado para tal, ou quando o credenciado deixar de cumprir as obrigações assumidas, através de falta grave dolosa ou revestida de má-fé, ou ainda quando constatada a inveracidade de qualquer das informações ou dos documentos fornecidos pelo credenciado.

12.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.5. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

13. DO DESCREDENCIAMENTO ESPONTÂNEO

13.1. A empresa poderá solicitar sua exclusão do rol de credenciados, comunicando de forma fundamentada a Secretaria de Turismo com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em requerimento protocolado de segunda a sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, localizada na Rua Miguel Prisco, 288 – Centro – Ribeirão Pires/SP.

13.2. A exclusão será deferida pela Secretaria de Turismo, quando a empresa não tiver nenhuma pendência para com o Município, com relação a qualquer tipo de taxa e/ou pagamento.

14. DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

14.1. Esclarecimentos poderão ser obtidos por interessados junto à Secretaria de Turismo, no horário das 08:00 às 17:00 horas, na Rua Miguel Prisco, n.º 288 – Centro – Ribeirão Pires /SP, ou e-mail: turismo@ribeiraopires.sp.gov.br ou licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Secretaria de Turismo.

15.2. No caso de qualquer dúvida técnica quanto aos elementos fornecidos, o proponente deverá saná-la também junto ao respectivo departamento do item anterior.

15.3. Todas as dúvidas, recursos e impugnações deverão ser apresentados por escrito e

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

encaminhados a Secretaria de Turismo e/ou COPEL, localizado a rua Miguel Prisco, 288 – Centro – Ribeirão Pires – SP.

15.3. Não serão aceitas consultas, recursos e impugnações remetidas via fax.

15.4. A Proponente poderá expor e veicular anúncios/eventos publicitários sem prejuízos ao visual arquitetônico e urbanístico dos respectivos locais. Os anúncios veiculados estão restritos unicamente nos equipamentos de banho e estarão sujeitos à tributação específica a ser determinada pela Secretaria de Finanças do Município. Em caso de veiculação de anúncios publicitários no espaço Pet, estes dependerão de apresentação prévia de croqui e incidência de tributação na mesma forma aqui descrita.

15.5. A Proponente será remunerada com um custo mínimo por cada banho, conforme já descrito acima, a ser pago pelo usuário (dono do animal de estimação).

16. DA VALIDADE/PRAZO

16.1. Após a publicação do Decreto de Permissão e dentro de 02 (dois) dias corridos, contados da notificação expressa da Prefeitura para esse fim, devera o proponente vencedor comparecer a Prefeitura apto para a assinatura do respectivo termo de responsabilidade.

16.2. No caso do não comparecimento do proponente vencedor no prazo estabelecido no item anterior, ser-lhe-á aplicada uma multa de 20% (vinte por cento) do valor ofertado pelo mesmo.

16.3. O não comparecimento do proponente vencedor será entendido como desistência, proporcionando a Administração Pública a convocação da segunda melhor oferta apresentada e assim sucessivamente.

PARA QUE NÃO SE ALEGUE IGNORÂNCIA, VAI O PRESENTE EDITAL AFIXADO NOS LUGARES DE COSTUME, E A REFERÊNCIA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.

Ribeirão Pires, ____ de _____ de 2023.

Helenice Arruda
Secretária de Turismo

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA

À

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Chamada Pública N.º 006/2023

A empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., inscrição estadual nº, estabelecida à Av./Rua, nº, bairro....., na cidade de, telefone....., fax, vem pela presente apresentar anexa sua proposta de preços para **CREDENCIAMENTO DE VAGAS PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE BANHO PARA CÃES E OUTROS ANIMAIS DOMÉSTICOS:**

A Proponente pagará ao Município, o valor Unitário de R\$ _____ (reais), pela exploração do espaço público para a devida finalidade acima citada.

O valor total para exploração: R\$ _____ (reais).

O valor será depositado na Conta: Banco do Brasil, Agência 0869-9, Conta Corrente 73.304-0. CNPJ da Prefeitura: 46.522.967/0001-34.

Local, ____ de _____ de 2023.

(assinatura do responsável pela empresa)
Nome/Cargo

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO II

DECLARAÇÃO (Modelo Sugerido)

REF.: Chamada Pública nº 006/2023

(nome do interessado e/ou empresa) _____, inscrita no CPF e/ou CNPJ nº _____, o (a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os fins de direito e sob as penas da lei, em atendimento ao item 5.1.1.2 “g” do edital, que tem pleno conhecimento do local em que desenvolverão os serviços, todas as condições e eventuais dificuldades para execução dos serviços objeto deste Edital de manifestação de interesse, e que tem condições de oferecer o equipamento num prazo de 15(quinze) dias após a assinatura do Contrato, e de todos os demais elementos fornecidos pela Prefeitura, não existindo nenhuma dúvida sobre o espaço, bem como das demais informações disponibilizadas e dos termos e condições estabelecidos no EDITAL e na minuta de CONTRATO.

(Local), ____ de _____ de 2023.

CARIMBO DA PROPONENTE E ASSINATURA

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO III – minuta de contrato

TERMO N.º ____/2023 QUE TEM POR OBJETO A AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE BANHO PARA CÃES E OUTROS ANIMAIS DOMÉSTICOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE.

Termo de autorização que entre si celebram a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, de um lado como Contratante de outro, como Permissionária, _____ o(a) _____ Sr(a). _____, que tem por objeto a autorização para utilização de espaço público para instalação de equipamento de banho para cães e outros animais domésticos de pequeno e médio porte, oriundo da Chamada Pública n.º ____/2023 e do Processo de Compras n.º 2405/2023.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e três, nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, compareceram entre si, justas e contratadas, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Miguel Prisco, n.º 288 – Centro, Ribeirão Pires, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Secretária de Turismo, Sr.^a Helenice Aparecida Arruda da Silva, e de outro lado a empresa _____, situada na Rua _____, bairro, cidade, estado, Cep, devidamente inscrita no C.N.P.J/MF sob o n.º _____, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, neste ato representada pelo Sr(a)._____, portador(a) da cédula de identidade RG n.º _____, e inscrito no CPF sob o n.º _____, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinam o presente Termo de Autorização, declarando sujeitarem-se às normas da Lei n.º 8.666/93 e alterações, e as cláusulas a seguir estabelecidas.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

I – OBJETO

1.1. NATUREZA DO CONTRATO – AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE BANHO PARA CÃES E OUTROS ANIMAIS DOMÉSTICOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE, que funcionará no espaço abaixo relacionado:

1.1.1. Locais públicos: Parques Municipais (Parque Oriental e Parque Luíz Carlos Grecco) e Paço Municipal, tipo autosserviço, ônus ao munícipe que utilizar o serviço, tratando-se de serviço oneroso, com permissão de uso acessível de no máximo **R\$20,00 (vinte reais)**, nos termos das especificações constantes do Edital.

1.1.2. O horário de funcionamento das atividades previstas será nos dias e horários previamente determinados pela administração municipal, a critério da Secretaria de Turismo, ou conforme demanda de público.

1.2. A PERMISSIONÁRIA fica obrigada a prestar os serviços de acordo com as especificações:

1.2.1. A instalação de outros equipamentos deverá ser solicitada por escrito pela PERMISSIONÁRIA À CONTRATANTE, que deverá autorizar também por escrito.

1.2.2. À PERMISSIONÁRIA caberá, às suas expensas, a instalação no local dos equipamentos necessários ao perfeito atendimento dos usuários, não se responsabilizando a CONTRATANTE, em hipótese alguma, pela guarda e conservação dos mesmos.

II - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA PERMISSIONÁRIA

2.1. As áreas ocupadas deverão ser mantidas em estado satisfatório de higiene, varridas e limpas, incluindo-se também a testada das mesmas, observando-se inclusive a questão referente à higiene quanto aos excrementos e pelos dos animais, bem como sua destinação final, os quais não poderão ser descartados de forma irregular na rede de esgoto, devendo o equipamento ser provido de mecanismo adequado que impeça a eliminação direta na rede de esgoto, cabendo ainda ao permissionário a observação as questões atinentes a segurança das pessoas e dos animais;

2.2. A remoção dos equipamentos e instalações dentro do prazo estabelecido pelo órgão municipal competente, sempre que se tornar necessário ou conveniente a execução de obras e serviços públicos, ou ocorrer qualquer evento que, a juízo da Administração Pública, tome aconselhável tal providência.

2.3. A remoção dos equipamentos e instalações nos casos de revogação da permissão de uso, sob pena de recolhimento ao depósito municipal e pagamento do preço público de armazenamento.

2.4. O pagamento regular do preço público referente a utilização da área pública.

2.5. As determinações e instruções da fiscalização deverão ser rigorosamente acatadas, observando, para com o público, as normas de boa educação.

2.6. Deverão ser observados os horários determinados para o início e encerramento das atividades, devendo o local estar desimpedido no horário estabelecido.

2.7. O PERMISSIONÁRIO deverá estar, pessoalmente ou representado por preposto, junto a instalação do equipamento.

2.8. As áreas deverão ser devidamente aparelhadas, de acordo com as atividades exercidas, as expensas do permissionário, inclusive sua manutenção.

2.9. A Permissionária deverá atender todas as normas de metrologia legal, inclusive aferindo os instrumentos de pesos e medidas anualmente ou em conformidade com os prazos estipulados pelo órgão competente.

2.10. Não locar, sublocar, emprestar ou ceder, a qualquer título, a área para terceiros, bem como zelar pela conservação da área e evitar que terceiros a invadam;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

III – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Registrar as deficiências porventura existentes na execução dos serviços, comunicando a PERMISSONÁRIA para a imediata correção, sem prejuízos da aplicação das penalidades previstas.

3.2. Garantir o livre acesso dos funcionários da PERMISSONÁRIA, desde que devidamente identificados.

3.3. Indicar um responsável pelo acompanhamento da concessão, que figurará como gestor do presente, a quem deve dirigir-se o representante da PERMISSONÁRIA para dirimir quaisquer questões pertinentes à presente avanço.

IV – PREÇO, PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. Os valores a serem pagos pela cessão da área, deverão ser feitos da seguinte forma:

4.1.1. O valor mensal da autorização será de R\$ ____ (reais);

4.2. O pagamento deverá ser efetuado em conta específica para esta finalidade, até o quinto dia útil subsequente.

4.3. As frações do mês, no início e término do contrato, se for o caso, deverão ser recolhidas proporcionalmente ao período.

4.4. O valor da autorização permanecerá irreajustável pelo período de 12 (doze) meses, conforme legislação em vigor, podendo ser reajustado quando verificada a necessidade pela CONTRATANTE.

4.5. O valor da autorização será reajustado ao final de 12 (doze) meses, para o próximo período com base na variação acumulada do IPC/FIPE ou outro índice que melhor reflita a variação do período, correspondente ao objeto licitado, verificado a partir da assinatura do contrato.

4.6. Caso haja necessidade de recompor a relação econômica-financeira inicialmente estabelecida entre as partes, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ser concedido o realinhamento do valor da concessão, após análise da solicitação, que deverá justificar o pedido e comprovar os motivos ensejadores.

V - PRAZOS

5.1. A Vigência da autorização será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da Autorização, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo entre as partes.

VI - PENALIDADES

6.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da PERMISSONÁRIA das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas segundo a gravidade da falta, as multas de acordo com os termos dos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações:

6.1.1. Multa de 20% (vinte por cento) do preço ofertado e atualizado quando reincidência.

6.1.2. Pelo não cumprimento por parte do credenciado das obrigações assumidas por seu credenciamento ou por infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas as penalidades aqui previstas, de acordo com a gravidade da falta:

6.1.3. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para a Administração Municipal, para as quais tenha o conveniado concorrido diretamente;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

6.1.4. Advertência cumulada com reposição de prejuízos, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade, mas com prejuízo para a Administração Municipal, para as quais tenha o conveniado concorrido diretamente;

6.1.5. Descredenciamento quando reiteradamente descumprir alguma cláusula desta Autorização com prejuízo para a Administração Municipal e com a concorrência do credenciado para tal, ou quando o credenciado deixar de cumprir as obrigações assumidas, através de falta grave dolosa ou revestida de má-fé, ou ainda quando constatada a inveracidade de qualquer das informações ou dos documentos fornecidos pelo credenciado.

6.2. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

6.3. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

VII - DA SEGURANÇA DO TRABALHO

7.1. A PERMISSIONÁRIA deve obedecer em seu trabalho, as determinações da Lei n.º 6514 de 22/12/77 que altera o Capítulo V título II, regulamentado pela Portaria n.º 3214 de 08/06/78 do Ministério do Trabalho, e as suas Normas Regulamentadoras e os Procedimentos Básicos, aplicáveis à execução específica das tarefas.

VIII – RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará sua rescisão, nos casos enumerados nos artigos 78 da Lei 8.666/93, no modo estabelecido pelo artigo 79, com as consequências previstas no artigo 80, todos da referida Lei.

IX – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Fica fazendo parte deste, independentemente de transcrições, o edital de licitação que deu origem a este Termo, e a proposta da PERMISSIONÁRIA.

9.2. As partes elegem, em comum acordo o Foro da Comarca de Ribeirão Pires/SP. Como seu domínio legal para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento deste contrato.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, ____ DE ____ DE 2023.

HELENICE APARECIDA ARRUDA SILVA
Secretária de Turismo

Permissionária

TESTEMUNHAS:

1) _____
RG

2) _____
RG

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

CONTRATANTE: _____

PERMISSIONÁRIA: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: Autorização para utilização de uso de espaço público para instalação de equipamento de banho para cães e outros animais domésticos de pequeno e médio porte.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela Contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela Permissionária:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*